

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
REITORIA**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23041.012760/2014-92
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015 – UASG Nº 158147
PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL Nº 23041.015509/2015-61
UASG DO CONTRATO Nº 158147**

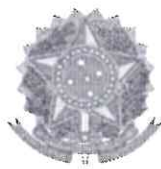
**TERMO ADITIVO Nº 06 DO CONTRATO Nº
36/2015/REITORIA, QUE FAZEM ENTRE SI O
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS E A
EMPRESA TIGRE – VIGILÂNCIA
PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA.**

O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – REITORIA, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, inscrito no CNPJ sob o nº **10.825.373/0001-55**, com sede na Rua Odilon Vasconcelos, Nº 103, Jatiúca, na cidade de Maceió, do Estado de Alagoas, CEP 57035-660, neste ato representado pelo seu Pró-Reitor de Administração, **Sr. Heverton Lima de Andrade**, nomeado pela Portaria IFAL nº 1.915/GR, de 19/06/2019, publicada no DOU de 21/06/2019, bem como pela Portaria de Delegação IFAL nº 1.996/GR, de 26/06/2019, publicada no DOU de 01/07/2019, portador da Matrícula Funcional nº 1587397, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **TIGRE – VIGILÂNCIA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº **01.771.692/0001-34**, sediada na Avenida Governador Afrânio Lages, nº 19, bairro Farol, cidade Maceió, do Estado Alagoas, CEP 57050-015, neste ato representado por seus representantes legais **Sr. Augusto César Cavalcante Farias**, portador da carteira de identidade 247.780 – expedida pela SSP/AL, e inscrito no CPF sob o nº 097.192.374-49 e **Sr. Gustavo César Leal Farias**, portador da carteira de identidade 99001241760 – expedida pela SSP/AL, e inscrito no CPF sob o nº 047.200.934-69, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo de Execução Contratual nº 23041.015509/2015-61 e Processo Licitatório nº 23041.012760/2014-92 – Pregão Eletrônico nº 15/2015-158147**, que a este se integra, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, na Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017, legislação correlata e demais preceitos do direito público, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto registrar:

- 1.1.1. A **prorrogação excepcional do prazo de vigência** do Contrato nº 36/2015-Reitoria;
- 1.1.2. O **resguardo do direito da Contratada à repactuação dos preços** do ano-base 2021;
- 1.1.3. A **ratificação que a cláusula segunda do Termo Aditivo nº 05 é considerada uma cláusula resolutiva**, que trata da finalização da licitação e assinatura de novo contrato;
- 1.1.4. A **correção do Termo Aditivo nº 04**, corrigindo os custos pertencentes ao Submódulo 4.4 e da solicitação da Contratada para a atualização do SAT;
- 1.1.5. O **reequilíbrio econômico-financeiro** do contrato para análise da planilha de custos e formação de preços dos custos fixos ou variáveis não renováveis; e
- 1.1.6. A **repactuação dos valores do Contrato nº 36/2015-Reitoria**, em virtude da deliberação da Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 da categoria, cuja data base é o dia 01 de janeiro de 2020.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL

2.1. Estando comprovado nos autos do processo o cumprimento dos requisitos mencionados no item 3 do Anexo IX da IN SG/MPDG nº 05/2017, bem como justificado por meio do Memorando Circular nº 70/2021 – REIT/PROAD e autorizado pelo Senhor Reitor, fica prorrogada excepcionalmente a vigência do Contrato nº 36/2015-Reitoria por mais 06 (seis) meses, compreendidos no período de 29/04/2021 a 29/10/2021, ou até a finalização das licitações e assinaturas dos novos contratos decorrentes dos processos licitatórios em andamento neste Instituto, Pregões nº 17/2020 e 23/2020, o que ocorrer primeiro, tratando-se de uma cláusula resolutiva.

2.2. Este Termo aditivo entra em vigor na data de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DIREITO DA CONTRATADA À REPACTUAÇÃO DO ANO-BASE 2021

3.1. Fica resguardado o direito da Contratada à repactuação de preços do ano-base 2021, previsto na cláusula sétima do Contrato nº 36/2015-Reitoria, em decorrência de sua solicitação anexada nos autos do Processo nº 23041.015509/2015-61 (Ordem 143), a qual, sendo deferida, ocorrerá por Apostilamento.

3.1.1. Uma vez concluída a repactuação, a Contratante fará pesquisa de preços no mercado para comprovar a vantajosidade dos valores repactuados, os quais serão negociados e reduzidos de forma a se manter vantajosos, caso estejam acima dos preços de mercado encontrados.

3.1.2. A negativa da Contratada na diminuição dos valores para torná-los vantajosos, ensejará a rescisão unilateral do Contrato, com base no art. 78, I, da Lei nº 8.666/93, consoante orientação da Procuradoria Federal do IFAL, Nota n. 00034/2019/PROC/PFIFALAGOAS/PGF/AGU.

4. CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO DE CLÁUSULA RESOLUTIVA

4.1. Em atendimento ao item 21 do Parecer n. 00101/2020/PROC/PFIFALAGOAS/PGF/AGU, ressaltamos que, com a finalização da licitação e assinatura de novo contrato, a cláusula segunda do Termo aditivo nº 05 se trata de uma cláusula resolutiva.

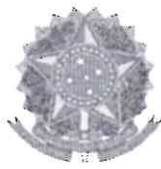
5. CLÁUSULA QUINTA – CORREÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 04

5.1. No Termo Aditivo nº 04 foi realizado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, excluindo custos fixos ou variáveis não renováveis, chegando ao valor mensal de R\$ 42.663,24, sendo o valor do posto diurno de R\$ 7.661,25 e do noturno de R\$ 9.113,58, totalizando o valor de R\$ 511.958,88 para o período de vigência entre 29/10/2019 a 29/10/2020.

5.2. De acordo com o relatório da Comissão de Repactuação, foi realizada a correção dos custos pertencentes ao Submódulo 4.4, em que havia sido retirados os custos com o aviso prévio trabalhado e indenizado, devendo-se manter, pelo menos, três dias para qualquer um dos avisos. Considerando que a Contratada estimou que todos os empregados serão demitidos por meio do aviso prévio indenizado, também se inseriu o custo de 10% do percentual adotado, ou seja, 0,28%.

5.3. A Contratada encaminhou, ainda, atualização do seguro (SAT) para 3,72%, sendo corrigido a partir de janeiro de 2020, o que impactaria no valor do T. Aditivo nº 04.

5.4. Sendo assim, o valor correto do posto para o período a partir de 29/10/2019 é de R\$ 7.671,60 para o posto diurno, R\$ 9.126,14 para o posto noturno, resultando no valor mensal de R\$ 42.721,62.



5.5. O valor anual sofre impacto da Repactuação 2020, cujos valores mensais sofrem alteração em razão da MP 932/2020 com reflexos de abril a junho/2020 e da extinção da Contribuição Social a partir de janeiro/2020, os quais serão tratados com detalhes na próxima cláusula.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO DE PREÇOS ANO-BASE 2020

6.1. A Contratada solicitou a repactuação de preços para o período 01/01/2020 a 31/12/2020, por meio do Processo nº 23041.001403/2021-28, apensado ao processo de execução contratual nº 23041.015509/2015-61, instruído o pedido com as planilhas de custos e a Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2020 da categoria.

6.2. Com a entrada em vigor em outubro/2020 da Instrução Normativa SEGES nº 49, de 30 de junho de 2020, os itens que direcionavam à divulgação dos valores referenciais para contratação de serviços de vigilância, limpeza e conservação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG foram revogados. Assim, os Cadernos de Logística temáticos deverão orientar a realização de estudos técnicos preliminares, não havendo mais publicação de valores referenciais nos processos de repactuação e de prorrogação contratual. Como a Portaria nº 213, de 26 de setembro de 2017 permanece em vigor até outubro/2020, foi verificado que os valores estavam abaixo do limite mínimo estabelecido. Contudo, conforme Documento de Ordem 150, a Contratada comprovou a exequibilidade da contratação, corroborada pela Subcomissão de Repactuação da Reitoria.

6.3. A periodicidade foi respeitada, tendo em vista que a data da Convenção Coletiva vigente à época da apresentação da proposta em 22/02/2016, cuja variação dos custos decorrentes da mão de obra estava vinculada à data-base desta convenção, era de 01/01/2016 e que a última repactuação realizada por meio do Termo aditivo nº 04, em decorrência da CCT ano-base 2019, cujos efeitos incidiram a partir 01/01/2019.

6.4. A cláusula sétima do Termo de Contrato admite a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, nos termos do artigo 53 e seguintes, da Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano nos moldes acima, tendo sido resguardado o direito à repactuação 2020 no último termo aditivo.

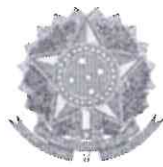
6.5. A Subcomissão responsável pelo Reequilíbrio Econômico-financeiro, Recomposição, Revisão, Reajuste e Repactuação dos Contratos administrativos para contratação de serviço de mão de obra do IFAL analisou as planilhas e razões apresentadas pela Contratada, tendo emitido o relatório que serviu de base para este Termo, cujo teor o reproduz, não se responsabilizando pelos valores ali apresentados, que é de responsabilidade técnica da comissão (Documentos de ordem 121, 122 e 126).

6.6. Para construção das novas planilhas, a comissão considerou a MP 932/2020, que altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos, com reflexos no período de abril a junho de 2020, e a extinção da Contribuição Social de 10% a partir de janeiro de 2020, por força da Lei nº 13.932, de 11/12/2019, bem como integrou em sua análise a alteração dos custos não renováveis.

6.7. O Departamento de Compras analisou e proferiu despacho justificando a dispensa da pesquisa de preços (ordem 131/138).

6.8. A Coordenação de Orçamento expôs a dotação orçamentária e a existência de saldo suficiente para atender ao pedido de repactuação e da prorrogação excepcional (ordem 132).

6.9. Considerando que deve haver a integral recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos, os efeitos financeiros decorrentes desta repactuação vigoram a partir de 01 de janeiro de 2020 para a CCT.



6.10. Os valores pormenorizados serão apresentados na cláusula oitava, haja vista a incidência dos outros reajustes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

7.1. A alteração corresponde à análise da planilha de custos e formação de preços dos itens que já foram pagos ou amortizados no último ano da contratação, uma vez que não necessitam ser novamente compensados em face da redução dos custos necessários à execução da prestação do serviço continuado. No entanto, havendo comprovação do fato gerador do custo, a alteração se faz necessária para incluir esses valores que foram retirados no ano anterior e utilizados, a fim de recompor o custo comprovado pela empresa.

7.2. A redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis é condição necessária para renovação contratual, fundado no subitem 1.2 do Anexo VII-F e item 9 do Anexo IX, da Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017, bem como no art. 65, II, “d”, §2º, II, da Lei nº 8.666/1993, tendo sido resguardado sua efetivação por meio de termo posterior com efeitos retroativos no Termo aditivo nº 05, cujos valores foram negociados e aceitos pela Contratada.

7.3. Utilizou-se como parâmetro para definição desses custos não renováveis neste processo o relatório do fiscal do contrato (ordem 83 e 97), a análise da Gestão de Fiscalização de Contratos da Reitoria (ordem 87 e 88) e o parecer da Comissão Central responsável pelo Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra (ordem 122 e 126), cuja planilha aprovada pela Contratada (ordem 121 e 126) consta como anexo a este termo, fazendo parte integrante independentemente de transcrição.

7.4. Pelos relatórios do fiscal, da GFC e da Comissão ficaram definidos que:

7.4.1. Os custos por ausências já haviam sido zerados no último ano de contratação, permanecendo zerados relativos ao acidente de trabalho. Não houve demissão de colaboradores, porém foi incluído o aviso prévio trabalhado referente a 3 dias, equivalente a 0,194%, na provisão por rescisão que anteriormente estava zerado; não houve afastamento por licença maternidade e paternidade, mantendo-se zerados na planilha de custos e formação de preços. Foram mantidos os custos com equipamentos, conforme manifestação do fiscal técnico (ordem 38);

7.4.2. A Contratada comprovou que houve afastamento por doença e afastamentos legais, confirmados pela Coordenadora de Infraestrutura e Manutenção, tendo sido incluído este custo;

7.4.3. Foi realizada a correção dos custos mencionadas na cláusula quinta;

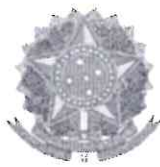
7.4.4. A atualização do seguro (SAT) a partir de 2020, considerando o valor atualizado para R\$ 6,76 (seis reais e setenta e seis centavos) por empregado.

7.5. O impacto da inclusão de alguns custos e manutenção da exclusão de outros, consoante informado acima, cujos efeitos incidirão a partir de 29/10/2020, foram considerados junto aos efeitos da repactuação no relatório da Comissão e serão apresentados na cláusula oitava.

7.6. As planilhas constantes do Processo nº 23041.015509/2015-61 refletem a alteração dos custos não renováveis, passando a vigor perante o contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – VALOR TOTAL ATUALIZADO DO CONTRATO

8.1. Considerando a correção dos custos do ano anterior, consoante Cláusula quinta, bem como a repactuação 2020 trazida na cláusula sexta e a análise dos custos para a vigência atual de acordo com a cláusula sétima, o valor mensal do Contrato de R\$ 42.663,24 (quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos), no período de 29/10/2019 a 31/12/2019 passa a ser de **R\$ 42.721,62** (quarenta e dois mil, setecentos e vinte e um reais e sessenta e dois centavos); de janeiro a março/2020 e de julho/2020 a 29/10/2020 passa a ser de **R\$ 44.489,77** (quarenta e quatro mil,



quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos); de abril a junho/2020 passa a ser de **R\$ 44.145,35** (quarenta e quatro mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos); e de 29/10/2020 a 29/10/2021 passa a ser de **R\$ 43.506,02** (quarenta e três mil, quinhentos e seis reais e dois centavos).

8.2. Essa implementação reflete um impacto orçamentário total a mais de **R\$ 17.348,83** (dezessete mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos) no período de vigência de **29/10/2019 a 29/10/2020** e de **R\$ 10.113,32** (dez mil, cento e treze reais e trinta e dois centavos) no período de vigência de **29/10/2020 a 29/10/2021**, levando-se em consideração o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato realizado na cláusula terceira e quinta deste termo, bem como a repactuação 2020 e os postos efetivamente solicitados, por meio de Ordem de Serviço, referente aos períodos analisados e a nova prorrogação excepcional.

8.3. Considerando que os efeitos financeiros da correção do termo aditivo 04 retroagem à 29/10/2019, os da repactuação retroagem a partir de 01/01/2020 e a análise dos custos não renováveis deste termo retroagem à 29/10/2020, bem como que algumas notas fiscais estavam sendo pagas com valor diferente do contratado, a Contratada faz jus a receber o valor de **R\$ 10.190,95** (dez mil, cento e noventa reais e noventa e cinco centavos), o qual será pago integralmente por representarem valores retroativos devidos à Contratada.

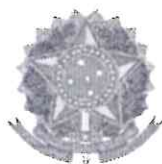
8.4. A partir de 1º de março de 2021, o valor mensal já deverá ser o reajustado em sentido amplo (repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro) para efeito de emissão de nota fiscal/fatura, sendo pago mensalmente.

8.5. As planilhas constantes dos Documentos de Ordens 121 e 126 refletem os efeitos do reequilíbrio econômico-financeiro e da repactuação, passando a vigor perante o contrato:

VALORES APÓS REPACTUAÇÃO 2020					
Período	Diurno sem custos não renováveis	Diurno com custos não renováveis	Noturno sem custos não renováveis	Noturno com custos não renováveis	Valor mensal
Termo aditivo nº 05 (contratado)	R\$ 7.661,24		R\$ 9.113,58		R\$ 42.663,24
29/10/2019 A 31/12/2019	R\$ 7.671,60		R\$ 9.126,14		R\$ 42.721,62
JAN/2020 A MAR/2020	R\$ 7.986,82		R\$ 9.505,38		R\$ 44.489,77
ABR/2020 A JUN/2020	R\$ 7.925,76		R\$ 9.431,28		R\$ 44.145,35
JUL/2020 A 29/10/2020	R\$ 7.986,82		R\$ 9.505,38		R\$ 44.489,77
29/10/2020 A 29/10/2021	R\$ 7.781,27	R\$ 7.859,67	R\$ 9.255,94	R\$ 9.353,20	R\$ 43.506,02

8.6. O valor total atualizado do Contrato para o período de **29/10/2019 a 29/10/2020** passa de **R\$ 511.958,88** (quinhentos e onze mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos) para **R\$ 529.307,71** (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e sete reais e setenta e um centavos) e para o período de **29/10/2020 a 29/04/2021** passa de **R\$ 255.979,44** (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) para **R\$ 261.036,10** (duzentos e sessenta e um mil, trinta e seis reais e dez centavos), continuando o mesmo valor de **R\$ 261.036,10** (duzentos e sessenta e um mil, trinta e seis reais e dez centavos) para o novo período a ser prorrogado excepcionalmente de **29/04/2021 a 29/10/2021**.

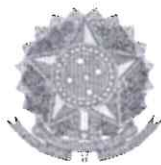
8.7. Considerando a soma dos períodos de prorrogação excepcional, o valor atualizado do contrato para o período entre **29/10/2020 a 29/10/2021** é de **R\$ 522.072,20** (quinhentos e vinte e dois mil, setenta e dois reais e vinte centavos), considerando a análise de todos os termos aditivos e de



apostilamentos anteriores e o reajuste em sentido amplo do valor contratado efetuado pelo presente Termo.

Tabela 01:

Documento	Fls. dos autos	Data de assinatura	Objeto do termo	Valor total do Contrato	Prazo da Vigência Contratual
Contrato nº 36/2015	145/156	29/10/2015	+R\$544.182,48e +12 meses de Vigência	R\$ 544,182.48	29/10/15 a 29/10/16
Termo de apostilamento nº 01	278/279	15/07/2016	Repactuação ano-base 2016 (período 01/01/2016 a 29/10/16)	R\$ 604,034.16	29/10/15 a 29/10/16
Termo aditivo nº 01	315/318	29/08/2016	Prorrogação do prazo de vigência.	R\$ 619,919.28	29/10/16 a 29/10/17
Termo de apostilamento nº 02	426/427	17/08/2017	Repactuação ano-base 2017 (período 01/01/2017 a 29/10/17)	R\$ 656.780,40 e R\$ 623.292,69 (supressão a partir de 01/07/17)	29/10/16 a 29/10/17
Termo aditivo nº 02	499/502 e 511	27/10/2017	Supressão de 01 posto diurno, correção de termo anterior e prorrogação do prazo de vigência	R\$ 548,209.32	29/10/17 a 29/10/18
Termo aditivo nº 03	610/613	20/09/2018	Adoção das regras da IN 05/2017, resguardo do direito à repactuação ano-base 2018 e prorrogação do prazo de vigência	R\$ 548,209.32	29/10/18 a 29/10/19
Termo de apostilamento nº 03	736/737	26/11/2018	Repactuação ano-base 2018 (período 01/01/2018 a 29/10/18)	R\$ 537,614.00	29/10/18 a 29/10/19
Termo aditivo nº 04	979/991	29/10/2019	Prorrogação do prazo de vigência, alteração dos sócios, esclarecimento e correção de termos anteriores, repactuação 2019 e retirada de custos não renováveis.	R\$ 511,958.88	29/10/19 a 29/10/2020
Termo aditivo nº 05	Ordem nº 58	29/10/2020	Resguardo do direito à repactuação ano-base 2020, resguardo do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e prorrogação excepcional do prazo de vigência.	R\$ 255,979.44	29/10/2020 a 29/04/2021



Termo aditivo nº 06	Ordem nº **	***	Correção do Termo aditivo 04, Repactuação ano-base 2020, reequilíbrio econômico- financeiro do contrato, prorrogação excepcional do prazo de vigência e resguardo à repactuação 2021.	R\$ 529.307,71	29/10/2019 a 29/10/2020
				R\$ 261.036,10	29/10/2020 a 29/04/2021
				R\$ 261.036,10	29/04/2021 a 29/10/2021
				R\$ 522.072,20	29/10/2020 a 29/10/2021

9. CLÁUSULA NONA – FUNDAMENTAÇÃO

9.1. O presente termo aditivo encontra amparo legal no art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/93, e art. 51 e Anexo IX da IN da SG/MPDG nº 05/2017 e cláusula segunda do Termo de Contrato, pertinente à **prorrogação contratual excepcionalmente**, no art. 57, §7º da IN SG/MPDG nº 05/2017 e cláusula sétima do Termo de Contrato, no que diz respeito ao resguardo do **direito à repactuação**, no artigo 65, II, “d”, §2º, II, da Lei nº 8.666/1993, subitem 1.2 do Anexo VII-F e item 9 do Anexo IX, da Instrução Normativa SG/MPDG nº 05/2017 e cláusula décima quinta do Termo de Contrato, no que diz respeito ao **reequilíbrio econômico-financeiro** e no art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/1993, art. 53 e seguintes da IN SLTI/MPOG nº 05/2017, bem como na cláusula sétima do Contrato, pertinente à **repactuação**.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS

10.1. Os recursos orçamentários para execução deste aditivo contratual correrão em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2018, na seguinte classificação: Gestão/Unidade – 26402/158147, Fonte – 8100000000, Programa de Trabalho – 171054, Elemento de Despesa – 339037, PI – L0000P0141N, para a Nota de empenho - **2021NE000167** e Fonte – 8100000000, Programa de Trabalho – 171054, Elemento de Despesa – 339092, PI – L0000P0141N, para a Nota de empenho - **2021NE000168**.

10.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada na dotação orçamentária prevista para o atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

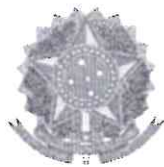
10.3. Fica aqui registrado a(s) Nota(s) de Empenho 2020NE800745 que cobriram as despesas decorrentes desta contratação nos exercícios anteriores até o momento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RATIFICAÇÃO

11.1. Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato que o originou, passando a integrar o presente termo aditivo, independentemente de transcrição.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

12.1. A Contratante publicará extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias daquela data, na forma prevista no parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/93.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Fica expressamente acordado que ao presente termo aditivo aplicar-se-ão as soluções preconizadas pela legislação brasileira, inclusive quanto aos casos omissos.

13.2. O foro da Seção Judiciária da Justiça Federal na cidade de Maceió/AL é o único competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente contratação, com expressa renúncia de qualquer outro pelas partes, por mais privilegiado ou especial que seja.

13.3. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 01 (uma) via digital e/ou 02 (duas) vias físicas que, depois de lidas e achado em ordem, vão assinadas eletronicamente e/ou fisicamente pelos contraentes e por duas testemunhas, cujas assinaturas digitais são válidas e certificadas pelo ICP-Brasil, cuja autenticidade pode ser verificada em <<https://verificador.iti.gov.br/>>.

Caso as assinaturas digitais e/ou físicas das partes se deem em datas distintas, será considerada data de assinatura deste instrumento contratual a data de assinatura do representante legal da Contratante, independente de quando tenha se dado a assinatura do(s) representante(s) legal(is) da Contratada.

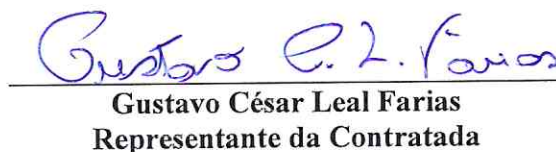
Maceió (AL), 27 de abril de 2021.

HEVERTON LIMA DE
ANDRADE:03491882460

Assinado de forma digital por HEVERTON
LIMA DE ANDRADE:03491882460
Dados: 2021.04.27 17:21:36 -03'00'

Heverton Lima de Andrade
Representante da Contratante


Augusto César Cavalcante Farias
Representante da Contratada


Gustavo César Leal Farias
Representante da Contratada

Testemunhas: JAELOS GRACILIANO DOS
SANTOS:75813505415

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: 382.963.064-68

TIGRE VINCULADA PATRIMONIAL DE ALAGOAS LTDA

Neizze Nascimento
Assistente Comercial

Assinado digitalmente por JAELOS GRACILIANO DOS SANTOS:75813505415
DN: c=BR, cn=ICP-Brasil, ou=ICP-SOLUTI Multipla vs, ou=28145050000152, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
c=BR, ou=ICP-Brasil, ou=ICP-SOLUTI Multipla vs, ou=28145050000152, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,
cn=JAELOS GRACILIANO DOS SANTOS:75813505415
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2021.04.27 19:13:36 -03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.3